



O sétimo volume do livro *Direito Municipal em Debate* conta com 16 textos, sendo 9 artigos, 4 pareceres e 3 peças processuais aprovados no VI Concurso de Artigos, Pareceres e Peças Processuais do XVII Congresso Brasileiro de Procuradoras e Procuradores Municipais. Escritos por Procuradores Municipais (isoladamente ou em coautoria), aliam a prática diária das Procuradorias Municipais à profundidade das análises doutrinárias e jurisprudenciais, demonstrando a grande valia da atividade pública. Obra imperdível para aqueles que procuram se aprofundar no estudo do Direito Municipal.

Taisa Cintra Dosso
Gustavo Machado Tavares
Thiago Viola Pereira da Silva
Coordenadores

Prefácio

Gustavo Justino de Oliveira

DIREITO MUNICIPAL EM DEBATE

Volume 7

Área específica da obra
Direito Municipal

Áreas afins do livro
Direito Administrativo
Direito Constitucional
Direito Público

Palavras-chave
Município – Procurador Municipal – Interesse Público

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 3144

D598 Direito Municipal em debate / Taisa Cintra Dosso, Gustavo Machado Tavares, Thiago Viola Pereira da Silva. Belo Horizonte: Fórum, 2023. v. 7.

357 p. 14,5x21,5cm
v. 7
ISBN 978-65-5518-604-8

1. Município. 2. Procurador Municipal. 3. Interesse público. I. Dosso, Taisa Cintra. II. Tavares, Gustavo Machado. III. Silva, Thiago Viola Pereira da. IV. Título.

CDD: 342

CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

DOSSO, Taisa Cintra; TAVARES, Gustavo Machado; SILVA, Thiago Viola Pereira da (Coord.). *Direito Municipal em debate*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. v. 7. 357 p. ISBN 978-65-5518-604-8.

Taisa Cintra Dosso

Graduada e Mestre em Direito pela Universidade Estadual Paulista. Doutora em Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas/SP. Pós-graduada em Direito da Habitação e do Urbanismo junto à Universidade de Lisboa. Procuradora do Município de Ribeirão Preto/SP. Diretora de Eventos Científicos da Associação Nacional dos Procuradores Municipais 2021-2023. Coordenadora da Escola Nacional de Direito Municipal. Autora de livros e artigos.

Gustavo Machado Tavares

Procurador do Município de Recife. Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET. Especialista em Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Especialista em Novas Questões do Direito Penal e Processo Penal pela Faculdade Damas da Instrução Cristã em convênio com a Escola Superior de Advocacia ESA/OAB-PE. Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais 2021-2023. Conselheiro do Instituto dos Advogados de Pernambuco – IAP/PE.

Thiago Viola Pereira da Silva

Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais (FDV/ES). Especialista em Direito Administrativo e em Direito Público (UCAM/RJ). Graduado pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Procurador Municipal (Vila Velha/ES). Presidente da Associação de Procuradores do Município de Vila Velha (ES). Diretor Suplente de Eventos Científicos da Associação Nacional de Procuradores Municipais 2021-2013. Vice-coordenador da Escola Nacional de Direito Municipal. Professor do Curso Trevo.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Gustavo Justino de Oliveira	13
--	----

PARTE I

ARTIGOS

EFICIÊNCIA E BOA GOVERNANÇA NA ADVOCACIA PÚBLICA MUNICIPAL: A GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À PRODUTIVIDADE JURÍDICA, OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E O ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO JURÍDICA COMO INCENTIVO AO CUMPRIMENTO DE METAS

LEONARDO SALES DE AGUIAR	19
1 Introdução	19
2 Advocacia Pública Municipal: origem e atribuições.....	20
3 Da eficiência e da boa governança na Administração Pública	25
3.1 Da evolução da Administração Pública no Estado brasileiro.....	25
3.2 Princípio da eficiência e da boa governança	29
3.3 Controle de eficiência e boa governança na Advocacia Pública Municipal: um obstáculo a ser ultrapassado	31
4 Instrumento de implementação do controle de metas e resultados na Advocacia Pública Municipal.....	33
4.1 Visão geral das Procuradorias Municipais brasileiras.....	33
4.2 Implementação e/ou fortalecimento da gestão de pessoas: honorários advocatícios e Adicional de Qualificação Jurídica com vistas a fomentar a eficiência administrativa.....	34
4.3 Da gratificação de incentivo à produtividade jurídica no âmbito das procuradorias municipais.....	38
5 Conclusão	49
Referências.....	50
Anexo Único – Minuta de Projeto de Lei Ordinária nº ____/2023.....	53

DIÁLOGO COMPETITIVO EM PPPS E CONCESSÕES: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A EFETIVIDADE DO INSTITUTO ANTE AS MODALIDADES EXISTENTES DE INTERAÇÃO COM O MERCADO

CARLOS EDUARDO DA SILVEIRA, JHONNY PRADO	57
1 Introdução	57
2 Do diálogo competitivo.....	59
3 Das outras modalidades de interação com o mercado	63
3.1 Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).....	64
3.2 <i>Roadshow</i>	66
3.3 Sondagem de mercado (<i>market sounding</i>)	67
3.4 Consulta e audiência públicas.....	69
4 Efetividade do diálogo competitivo diante das demais interações com a prática de mercado.....	71
5 Considerações finais	73
Referências.....	74

A LEGITIMIDADE DO PODER EXERCIDO PELO GOVERNANTE A PARTIR DA TRAGÉDIA GREGA: ENTRE ANTÍGONA DE SÓFOCLES E RECENTES CASOS DE ABUSO DO PODER ESTATAL NO BRASIL

ANDRÉ VIEIRA FREIRE	77
1 Considerações iniciais.....	77
2 O conflito entre Antígona e Creonte como dicotomia entre o direito exercido pelo governante e o direito esperado pelos governados: simetria com a realidade política brasileira.....	78
3 O indulto presidencial concedido ao deputado federal Daniel Silveira por Jair Bolsonaro	82
4 A nomeação do ex-presidente Lula ao Ministério da Casa Civil por Dilma Rousseff.....	85
5 Do abuso do poder estatal pelo exercício das lícitas discricionariedades que competem ao governante em dissonância com as legítimas expectativas do povo governado	87
6 Considerações finais	92
Referências.....	93

A POSSIBILIDADE DE LANÇAMENTO DE IPTU EM FACE DE CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS:
UMA ANÁLISE SOB A LUZ DA JURISPRUDÊNCIA RECENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

LORENA VIANA DA MOTTA	97
1 Introdução	97
2 Origem fática e jurídica da controvérsia.....	98
3 Temas de Repercussão Geral nº 385 e nº 437: análise das teses fixadas e seu âmbito de aplicação	100
4 Tema nº 508: sociedade de economia mista com participação acionária negociada na bolsa não faz jus à imunidade recíproca, unicamente, por desempenhar serviço público.....	105
5 Tema nº 1140: imunidade recíproca aplicada à sociedade de economia mista prestadora de serviço essencial	108
6 Da possibilidade de lançamento de IPTU em face das concessionárias dos aeroportos à luz da jurisprudência analisada	110
7 Conclusão	112
Referências.....	113

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS A PARTIR DA PANDEMIA DA COVID-19

ANDRÉ VIEIRA FREIRE	117
1 Considerações iniciais.....	117
2 Da revisão contratual para reequilíbrio econômico	119
3 Da revisão sobre ata de registro de preços	123
4 Da comprovação dos requisitos para a revisão contratual	125
5 Dos critérios para cálculo do valor da revisão	128
6 Da ressalva quanto a futuros reajustes.....	129
7 Do momento da concessão da revisão	129
8 Considerações finais	130
Referências.....	131

PARTE II
PARECERES

TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA	135
1 Relatório.....	135
2 Desenvolvimento.....	137
2.1 Da natureza do Termo de Compromisso Ambiental	137
2.1.1 Da natureza das penalidades – multa ambiental x cláusula penal	138
2.1.1.1 Da multa ambiental.....	138
2.1.1.2 Da cláusula penal	139
2.2 Da abusividade da cláusula penal do termo de compromisso ambiental. Possibilidade de revisão	146
3 Conclusão	149
Referências.....	149

URBANISMO. MEIO AMBIENTE. ALIENAÇÃO DE BEM PÚBLICO. CONSENSUALIDADE

MARCELO RODRIGUES MAZZEI	151
Relatório.....	151
Fundamentação	152
Conclusão	163

DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA EM ATENDIMENTO À NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. IMÓVEL PÚBLICO AFORADO A PARTICULAR

AMÉRICO SOARES MIGNONE	165
Relatório.....	166
Fundamentos jurídicos	166
Conclusão	182

RESGATE DE FORO DO IMÓVEL PÚBLICO OBJETO DO TÍTULO DE AFORAMENTO

AMÉRICO SOARES MIGNONE	185
Relatório.....	186
Fundamentos jurídicos	187
Conclusão	202

PARTE III

PEÇAS

CONTESTAÇÃO. CLÁUSULA PENAL EM TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL

FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA	207
1 Síntese dos fatos.....	207
2 Preliminarmente: da inadequação da via eleita	210
3 Preliminarmente: da nulidade do procedimento administrativo	212
4 Preliminarmente: da prescrição da pretensão executiva do termo de compromisso ambiental.....	215
4.1 Da natureza do termo de compromisso ambiental	215
4.2 Da natureza das penalidades – multa ambiental x cláusula penal.....	216
4.2.1 Da multa ambiental.....	216
4.2.2 Da cláusula penal	217
5 Do mérito: da abusividade da cláusula penal do termo de compromisso ambiental. Possibilidade de exclusão ou redução.....	223
6 Dos pedidos.....	226

RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL. TRANSCENDÊNCIA NO RECURSO DE REVISTA

AURY MARIA BARROS SILVA PINTO MARQUES	229
1 Do cabimento da presente reclamação.....	230
2 Da síntese dos fatos.....	230
3 Do direito.....	232
4 Dos pedidos.....	247

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA. ISSQN E OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL HIDRÁULICAS

SUELYN TOSAWA	249
1 Breve síntese da demanda.....	249
2 Preliminarmente	251
2.1 Carência de ação – da ilegitimidade <i>ad causam</i> da parte autora	251
2.2 Inépcia da petição inicial ante a falta de documentos essenciais	256
2.3 Carência de ação – ausência de interesse processual	257
3 Do mérito.....	258
3.1 Da ausência de recolhimento do ISSQN	258
3.2 Do enquadramento como atividade tributável.....	259
3.3 Do pedido indevido de repetição de indébito	261
4 Dos requerimentos.....	262

PARTE IV

ARTIGOS DE CONVIDADOS

A CONSENSUALIDADE, O DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR E O PAPEL DA ADVOCACIA PÚBLICA: REGRA DE CALIBRAÇÃO E INTERDEPENDÊNCIA NA LINDB

RAPHAEL DIÓGENES SERAFIM VIEIRA	267
1 Considerações introdutórias.....	267
2 A consensualidade aplicada no direito administrativo sancionador	268
3 Regra de calibração: a consensualidade no exercício da função administrativa e a obrigatoriedade de atuação do órgão jurídico	272
4 Conceito de órgão jurídico.....	276
5 A natureza jurídica da oitiva do órgão jurídico prevista no art. 26 da LINDB: (i) parecer jurídico obrigatório e (ii) requisito procedimental para a celebração do termo de compromisso	278
6 Agente público competente para emitir o “parecer” imputado ao órgão jurídico sobre a viabilidade técnica do termo de acordo	283
7 Considerações finais	288
Referências.....	290

SEGURANÇA JURÍDICA: BREVES RELATOS SOBRE O IMPACTO DO ART. 23 DA LINDB NO CPC/2015 E VICE-VERSA

EDUARDO AMIN MENEZES HASSAN	293
1 Introdução	293
2 Considerações sobre a Teoria Geral do Processo.....	294
3 Segurança jurídica e fontes do direito.....	297
4 A flexibilização procedimental e a necessidade de observância da segurança jurídica	299
5 Nova LINDB: seus impactos no direito processual e os impactos do CPC nela.....	301
6 Conclusão	305
Referências.....	306

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E O SUS: DA SIMBIOSE ENTRE SOLIDARIEDADE E SUSTENTABILIDADE

VITOR PENNO REIS	309
1 Introdução	309
2 A solidariedade como argumento “de tungstênio”	310
3 A existência de parâmetros jurisprudenciais: a ignorância é uma benção?	316
4 O consequencialismo da LINDB: macroeficiência e sustentabilidade <i>versus</i> celeridade e padronização.....	323
5 Conclusão	331
Referências.....	332

O PAPEL DO PROCURADOR DO MUNICÍPIO NA ARQUITETURA INSTITUCIONAL DO ESTADO BRASILEIRO: EVIDÊNCIAS DA SUA ESTATURA CONSTITUCIONAL A PARTIR DA HERMENÊUTICA E DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

TIAGO NEU JARDIM	335
1 Introdução	335
2 Aspectos constitucionais da Administração Pública e o papel assumido pelos Procuradores na estrutura organizacional do Estado.....	339
3 A constitucionalização da carreira dos Procuradores municipais: da hermenêutica à pragmática	342
4 O controle de legalidade dos atos do Governo e o combate à corrupção na Administração Pública	346
5 Considerações finais	349
Referências.....	352

SOBRE OS AUTORES	355
-------------------------------	-----